

“AS CAUSAS PRIMEIRO”

Moção Global Estratégica

VIII Congresso do PAN
05 e 06 de Junho de 2021

ÍNDICE

CAPÍTULO I

DE ONDE VIMOS E COMO TEMOS FEITO (PARTE DA)
HISTÓRIA | 4

CAPÍTULO II

OBJETIVOS E ESTRATÉGIA PARA O PRESENTE E FUTURO
DO PAN | 8

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO POLÍTICA DO PAN | 11

CAPÍTULO IV

A HISTÓRIA POR ESCREVER | 16

A VIDA NO PLANETA TERRA PODE ESTAR PRESTES A ACABAR!

DA ESPÉCIE AO INDIVÍDUO

DIREITOS HUMANOS, DESIGUALDADES E ECOCENTRISMO

NOVO MODELO ECONÓMICO

EDUCAÇÃO

SAÚDE

ADMINISTRAÇÃO, DEMOCRACIA

JUSTIÇA

COMBATE À CORRUPÇÃO

JUSTIÇA INTER-TERRITORIAL E O PORTUGAL ARQUIPELÁGICO

JOVENS

A CULTURA ENQUANTO MAIOR DENOMINADOR COMUM

**UMA NECESSÁRIA REVISÃO DA AGENDA 2030
PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO**

CAPÍTULO I

DE ONDE VIMOS E COMO TEMOS FEITO (PARTE DA) HISTÓRIA

Assinalou-se este ano o 10.º aniversário do PAN. Um partido que - desde a sua fundação - se propôs a contribuir para transformar a mentalidade e a sociedade portuguesas e do mundo respeitando valores éticos e ecológicos fundamentais inscritos no Programa Político.

Para o PAN a visão antropocêntrica do mundo e da sociedade não se ajusta aos desafios éticos do Século XXI, defendendo a necessidade de um novo paradigma assente na defesa dos direitos dos animais, na ecologia profunda, assumindo-se como um partido progressista que não se reconhece na dicotomia conservadora de “esquerda-direita”.

Tal dicotomia é manifestamente insuficiente para espelhar a diversidade ideológica e democrática, nomeadamente aquela que se posiciona fora da linha matriz em conceitos transversais, como é o caso do ecologismo. No caso do PAN existe uma matriz identitária própria, que parte de uma mundivisão disruptiva, assente em valores que vão desde o humanismo à ética ecocêntrica, e portanto de respeito por todas as formas de vida, e que vai até aos modelos de crescimento económico e de desenvolvimento social, assumindo-se inequivocamente como o primeiro Partido animalista e ecologista português, a par da defesa dos direitos humanos, sociais e laborais.

É do conhecimento profundo da Natureza e dos Ecossistemas que nasce a compreensão da interligação e relacionamento entre Pessoas, Animais e Natureza enquanto existência-chapéu de todos nós. Percebe-se pela complexidade deste relacionamento que a dicotomia esquerda-direita pode servir para a classificação das políticas sociais da



espécie humana, mas está muito longe de poder explicar toda a complexidade instalada numa visão integrada dos ecossistemas.

Nas relações de vizinhança que temos nesta Casa Comum, não podemos ignorar que a métrica de desenvolvimento até aqui considerada para o progresso civilizacional não tem englobado os animais e os seus interesses designadamente à liberdade e ao seu próprio habitat ou até o valor intrínseco da natureza, nem a necessidade de preservação e de regeneração de ecossistemas.

Quando, em 2011, o PAN concorreu pela primeira vez às eleições legislativas trouxe precisamente para a agenda política temas que antes não eram abordados, como a proteção animal e a defesa do meio ambiente, tendo obtido desde logo 57.849 votos (1,04%). Apesar de ter ficado a poucos votos de conseguir a sua primeira representação parlamentar, o Partido garantiu uma subvenção estatal, o que lhe permitiu trabalhar e dinamizar uma série de ações e iniciativas em prol do seu ideário político.

Mais tarde, em 2013, nas eleições autárquicas as candidaturas do PAN duplicaram percentualmente as votações das Legislativas de 2011 e conseguiram eleger deputadas/os municipais na Maia, em Almada, em Oeiras, em Lisboa, no Funchal e em Câmara de Lobos, assim como um representante na Assembleia de Freguesia de Arroios (Lisboa).

A par dos resultados eleitorais, o PAN foi crescendo e reforçando a sua presença no território e em 2015 conseguiu obter 75.140 votos (1,39%) nas eleições legislativas e eleger pela primeira vez uma representação parlamentar.



Nas eleições autárquicas de 2017 o Partido viu aumentar o número de eleitas/os, elegendo 27 deputadas/os municipais!

O ano de 2019 ficou marcado pela conquista de um lugar na Europa (com 168.501 votos/ 5,08%) e pela eleição de um Grupo Parlamentar, ao eleger quatro deputadas/os à Assembleia da República, pelos Distritos de Lisboa, Porto e Setúbal, com um total de 174.511 votos (3,32%).

Mais recentemente (2020), o PAN conseguiu eleger o seu primeiro Deputado à Assembleia Regional dos Açores, com 1,92% dos votos.

O crescimento do PAN demonstra que o Partido tem dado respostas às preocupações que têm marcado o nosso tempo, designadamente ao conseguir fazer avançar várias causas e áreas, mesmo não tendo responsabilidades executivas.

Com o Congresso que se avizinha, o PAN encontra-se num momento de renovação interna, ao mesmo tempo que o país - e o mundo -, atravessam uma crise sanitária e socioeconómica sem precedentes.

No entanto, por toda a Europa e para lá do Atlântico, a alteração de consciências é um facto crescente, com o incremento de movimentos sociais e projetos políticos semelhantes ao PAN. Como exemplo tivemos a recente vitória da “onda verde” nas eleições municipais francesas, a nomeação crescente de ministros ambientalistas em países como a Suécia, Finlândia e Áustria, os Verdes na Alemanha, que têm consolidado a posição de segunda maior força política nas pesquisas eleitorais e o trabalho e crescimento do partido ambientalista e animalista Rede Sustentabilidade no Brasil.



No nosso plano, tendo presente o caminho de consolidação do PAN na vida política portuguesa, as/os signatários da presente Moção Global de Estratégia acreditam numa visão do crescimento do Partido a nível das suas diferentes dimensões de atuação e planos territoriais, como as distritais e concelhias, bem como das Regiões Autónomas, promovendo uma política de maior proximidade e debate, que envolva as/os filiadas/os e ainda que dinamize e agregue a participação dos jovens. Tal passa não só pelo trabalho desenvolvido através do nacional e das estruturas locais, nos espaços atualmente existentes no território, mas sobretudo pela atividade nos diferentes órgãos internos, dinamização dos grupos de trabalho, capacitação e apoio às/aos eleitas/os e mobilização das/os filiadas/os, presença nas diferentes redes sociais e meios de comunicação social e criação de uma estratégia de comunicação, alinhada ainda com uma ação de maior proximidade ao terreno.

A nível das estruturas internas é fundamental a sua reestruturação e adequação ao crescimento do PAN, com vista a dar resposta às diferentes necessidades decorrentes do crescimento da atividade política que desenvolvemos. É por isso que um dos objetivos das/os subscritoras/es desta Moção Global de Estratégia passa também por esse reforço e capacitação.

CAPÍTULO II

OBJETIVOS E ESTRATÉGIA PARA O PRESENTE E FUTURO DO PAN

Estamos numa fase importantíssima da vida do nosso Partido e só conseguiremos alcançar um futuro robusto com uma visão de crescimento da militância partidária. Num partido político como o PAN não há estruturas mais importantes do que as Concelhias, como base do Partido, pelo que queremos reconhecer mais a sua importância no nosso projeto coletivo.

As estruturas concelhias ganharam forma em 2018 em substituição das antigas Assembleias Locais. Durante esse ano o número de novas concelhias aumentou, mas sem no entanto as respostas necessárias para que estas estruturas tivessem o impacto que desejaríamos se tivessem concretizado.

É por isso fundamental que durante o próximo mandato de Comissão Política Nacional se inicie um processo de consolidação e expansão das concelhias e das distritais, contribuindo-se para o crescimento, assegurando a melhoria contínua da comunicação interna e o empoderamento e formação dos órgãos locais do PAN.

As pessoas jovens são uma das mais fortes bases de apoio do PAN e, tendo isso em conta, é imperativo ter uma estrutura no PAN dedicada às/aos mais jovens. Pretendemos, assim, criar respostas que vão ao encontro das suas expectativas e objetivos, oferecendo-lhes uma missão e um projeto político dentro do PAN.

Igualmente importante para a vida partidária é que as/os filiadas/os tenham suporte a nível técnico, político e formativo para que possam executar o seu trabalho partidário, quer como filiadas ou filiados de

base, quer como dirigentes de órgão político interno ou eleitas e eleitos, com todas as ferramentas necessárias para o fazer com excelência. Entendemos por isso que é fundamental criar uma “escola política” para novas/os as/os filiadas/os, para as próprias concelhias e distritais e para as/os eleitas/os. Naturalmente que a formação deve ser ajustada às necessidades existentes, considerando-se basilar e muito saudável para o funcionamento interno a organização de ações de partilha de boas práticas, de meios de combate às dificuldades, promoção do debate político, o que potenciará uma maior coesão interna.

Para podermos fazer face às exigências futuras é necessário pensar o Partido a longo prazo e construir a sua sustentabilidade e regeneração organizacional. É através de uma robusta reorganização interna que garanta uma efetiva separação da parte de gestão administrativa e da parte de gestão política do nosso Partido que se consegue garantir essa sustentabilidade. No entanto, terá sempre de existir uma articulação com a ação política e uma dinamização constante entre os órgãos administrativos e os órgãos políticos.

Porque constatamos que as distritais precisam de ter mais voz na Comissão Política Nacional e num espírito fortemente democrático, alinhado com um visão de maior participação política das filiadas e filiados, concebemos que, para além das/os eleitas/os por via de eleição direta à CPN, devem ainda as comissões políticas distritais poder eleger um/a representante para integrar por inerência a Comissão Política Nacional. A nível das regiões autónomas, consideramos que há um caminho a percorrer na lógica de assumirem os seus Estatutos próprios, sem perderem a articulação política com o órgão nacional, numa perspetiva equilibrada.

Dentro de alguns meses enfrentaremos o desafio das eleições autárquicas, num momento em que ainda não ultrapassamos a crise sanitária,



que nos presenteou com uma complexa crise socioeconómica e uma crescente polarização política a nível nacional, assumindo as autarquias locais um papel absolutamente fundamental. Para as/os subscritoras/es desta Moção Global de Estratégia é absolutamente fundamental assegurar a consolidação e o reforço da presença do PAN nas diferentes autarquias locais, com vista a dar continuidade ao trabalho até aqui desenvolvido, bem como a aumentar a nossa representatividade.

Nos próximos 2 anos, teremos ainda o desafio das eleições para a Assembleia Regional da Madeira, onde pretendemos alcançar representação e consolidar o partido nas Regiões Autónomas.

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO POLÍTICA DO PAN

As causas primeiro

O PAN é um Partido de causas e o seu crescimento significa o avanço das mesmas. Nesse sentido, a ação dos seus membros e o funcionamento do Partido deverão refletir sempre essa responsabilidade coletiva.

Ecologia profunda

A ecologia profunda, partindo do valor intrínseco da natureza, independentemente do seu uso, implica uma visão disruptiva na perspectiva da ida à raiz dos problemas ambientais e da defesa dos direitos das comunidades bióticas e ecossistemas. Representa uma visão muito distante dos movimentos ecologistas superficiais, pois não separa os seres humanos do meio ambiente e interpreta as relações de interdependência, compreendendo que as ameaças principais à vida estão relacionadas com a perda da biodiversidade e com as alterações climáticas. Esta posição assume que a sociedade depende da natureza e não o contrário e que o ser humano não pode agir de forma depredatória, permitindo que as suas ações destruam o planeta e os ecossistemas, ou que ponham em causa a sua própria sobrevivência ou das demais espécies que partilham o planeta. Este princípio implica uma ação e um conhecimento profundo da natureza.

Sustentabilidade e Regeneração

As políticas devem promover o princípio da sustentabilidade ambiental, económica e social, percebendo que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades atuais, sem compro-

meter as futuras, bem como devem reconhecer os direitos e o valor intrínseco dos animais e da própria natureza.

No que respeita à preservação, o conceito fundamental é que a natureza é holística e que a destruição ou a não preservação dos ecossistemas podem trazer impactos gravíssimos, como as doenças zoonóticas. Acresce que há uma ligação profunda entre biodiversidade e alterações climáticas, que se influenciam mutuamente, o que não deve ser ignorado pelas nossas opções políticas.

O PAN defende a transição para modelos de desenvolvimento mais justos social e ambientalmente, que mudem o paradigma marcadamente extrativista em que vivemos. Ao mesmo tempo, defendemos que a regeneração dos ecossistemas e habitats naturais deverá tornar-se uma prioridade das políticas ambientais, indo um passo além da conservação, recuperando o que se destruiu. A regeneração é a pedra de toque da economia circular. É preciso consciencializar que não há outro planeta, existindo a obrigação de (re)generar aquele que habitamos, detendo-se conhecimento para o fazer.

Direitos Humanos na Próxima Era

As propostas do PAN devem refletir uma ideologia progressista, que corte com o conservadorismo social, abandonando tradições e valores já desadequados e avançando com base em critérios de não discriminação, reciprocidade e aceitação da diversidade. Os valores humanitários não podem permanecer indiferentes ao respeito pela vida animal e pela proteção da natureza.

Não-violência

O PAN rege-se e prossegue a sua atuação pelo princípio da não-violência mental, verbal e física. O PAN pugnará pela defesa dos direitos humanos, pela dignidade inter-espécies, pela proteção e regeneração

da natureza, promoção da cooperação internacional, e estará sempre firme na defesa dos seus princípios, confrontando e enfrentando ideias e práticas violentas. E sempre na primeira linha pelo restabelecimento da paz.

Justiça Intergeracional

As propostas do PAN deverão refletir uma visão a longo prazo, para lá dos ciclos eleitorais, garantindo que os atos das gerações presentes respeitam os direitos das gerações futuras e não hipotecam as suas vidas.

Não Especista

O PAN defende uma sociedade onde todos os seres sencientes, humanos e não-humanos, possam viver com o mundo natural numa harmonia com bem-estar e felicidade e em que a esfera de proteção moral e legal se estende também aos animais que partilham connosco o Planeta e a natureza.

O PAN, partindo da premissa de que os animais existem pelos seus próprios fins, do reconhecimento da senciência animal e que comunga a vizinhança desta casa comum com os mesmos, defende o princípio da justiça interespécies, reconhecendo o seu direito às cinco liberdades fundamentais, assim como o direito das demais espécies a viverem em liberdade, à preservação dos seus habitats e regeneração de ecossistemas e, ainda, o direito ao não sofrimento.

Justiça interterritorial

O PAN deve promover políticas que tenham em conta o desenvolvimento harmonioso do território nacional, colmatando as assimetrias económicas e sociais que se verificam entre o litoral e interior, entre as zonas urbanas e zonas rurais e entre o território continental e os arquipélagos dos Açores e da Madeira.

Visão Interligada

Acreditamos que as políticas devem ser pensadas de modo integrado, a longo prazo, e não de forma avulsa. Nesse sentido, as propostas do PAN em cada um dos elos devem interligar-se, potenciando a sua eficácia e, sempre que necessário, de forma multidisciplinar e intersectorial.

Participação da Sociedade Civil

Defendemos que a cidadania ativa deve ser um objetivo a efetivar nas diferentes áreas das políticas públicas. Defendemos a promoção das políticas que aproximem e capacitem as pessoas para a participação ativa na vida pública e política.

Queremos ser a voz política dos movimentos cívicos, das associações e das organizações não governamentais que partilham os nossos princípios e lutam pelas nossas causas.

Prevenção e Precaução

As diferentes políticas públicas devem reger-se pelos princípios da prevenção, precaução e com base na melhor evidência científica disponível. Fruto do pensamento macro a longo prazo, estes princípios permitem garantir um elevado nível de proteção seja no âmbito dos direitos humanos, da proteção animal ou da preservação da natureza e, consequentemente, contribuir para o avanço de causas como as do PAN.

Mundivisão Sem Fronteiras

Sabendo que os maiores problemas do nosso tempo requerem soluções globais, em que a cooperação supera a competição e que o local do planeta onde nascemos não deverá ditar o nosso futuro, o PAN deve assumir uma postura assente nos princípios de respeito pela individualidade, mas percepcionando o planeta e a humanidade como um todo, assumindo a comunidade local, sem perder de vista a importância das

políticas para a contribuição global e da promoção do princípio da solidariedade entre os povos.

Equidade

Apesar do trabalho feito até aqui, persistem até hoje desigualdades estruturais, sociais e regionais que cumpre erradicar. O contexto onde nascemos e crescemos, a par de outros fatores, continua a condicionar as nossas oportunidades e uma verdadeira igualdade no acesso à educação, à habitação, ao emprego, à saúde, à justiça, entre tantas outras dimensões. Tendo isto em conta, as propostas do PAN devem fundamentar-se na reparação efetiva do “elevador social”, acreditando que assim construímos uma sociedade mais justa, equitativa e solidária.

Cultura

É através da cultura que construímos a nossa identidade, e esta é tanto fruto como raiz das tradições que se querem vivas, mas com a necessidade de evoluir e adaptarem-se com o espírito dos tempos, deixando para trás práticas que possam afrontar direitos humanos ou interesses dos animais. O PAN defende uma cultura - no sentido mais abrangente do termo – numa visão estratégica que privilegie o autoconhecimento, tanto individual como coletivo. O ser humano será tão mais completo quanto alargado for o seu espetro de referências. E qualquer investimento que se realize no âmbito geral da cultura deve ser considerado como sendo em autoconhecimento individual e coletivo.

A Cultura e as atividades culturais assumem, num contexto social, um papel determinante para o desenvolvimento humano e para o aprofundamento da integração social e cívica do indivíduo no mundo, em particular no das ciências e das artes.

CAPÍTULO IV

A HISTÓRIA POR ESCREVER

A VIDA NO PLANETA TERRA PODE ESTAR PRESTES A ACABAR!

Enfrentamos hoje desafios decorrentes de uma visão marcadamente antropocêntrica e especista, que **tem posto em causa ecossistemas, habitats, resultando num declínio da biodiversidade sem precedentes**. É preciso apostar não só em políticas locais, mas também a nível global do reconhecimento **do crime de ecocídio**.

6 anos e 208 dias a partir do congresso do PAN. Este é o tempo previsto para atingirmos **o ponto de não-retorno das alterações climáticas**. O ponto a partir do qual delicados equilíbrios do sistema terrestre serão catastrófica e permanentemente interrompidos. Esta disrupção já está a acontecer. Um aumento de temperaturas acima dos 2oC até 2100 significa **extinções em massa, secas, cheias, incêndios, subida do nível da água do mar, desertificação dos solos, aumento das regiões do planeta classificadas como inabitáveis e consequente crise de milhares de milhões de refugiados climáticos, dificuldade na produção de alimentos e degradação da qualidade do ar**. **A vida no planeta Terra, tal como a conhecemos, pode estar prestes a acabar, comprometendo as gerações futuras**.

É altamente improvável não ultrapassarmos a barreira do 2oC de aquecimento médio global face à era pré-industrial sem uma alteração profunda e imediata do nosso modo de vida, a nível global, incluindo os atuais modelos globais de governação que não têm em conta os limites planetários, e sem a utilização de tecnologias de captura e armazenamento de CO₂ (CCS – Carbon Capture and Storage). Mais do que

nunca, temos que agir!! Ainda vamos a tempo e cabe-nos a todas e a todos impedir o colapso ambiental. Por ser a missão das nossas vidas, o PAN deverá assumir-se como o **Partido ambientalista português**. Deverá continuar a defender o ambiente como a sua causa de fundo: **“Primeiro o Planeta”**.

Para esse efeito, deverá propor políticas baseadas na melhor evidência disponível para a transição dos atuais quatro pilares da destruição ambiental: **transição alimentar, transição energética, transição na mobilidade e transição na produção e consumo**.

Deverá defender um novo paradigma económico, baseado na redução do consumo não essencial e na economia circular, introduzindo incentivos e desincentivos com vista a contabilizar as externalidades causadas pela produção e consumo. Um modelo que não se limita à dicotomia esquerda-direita, os quais não se distinguem na sua base extrativista-productivista.

Urge ainda transitar para um novo modelo de relação com a natureza, baseado na **restauração e regeneração** dos cursos de água, mares e florestas, o que não só aumentará a resiliência às alterações climáticas como trará de volta a vida natural, fauna e flora. Uma visão de conservação da natureza por si só e em que os valores dos ecossistemas se sobrepõem a uma perspetiva utilitarista e antropocentrista.

É também imperativo garantir a capacidade de adaptação aos impactos das alterações climáticas que são já inevitáveis e se começam a sentir, pugnando por **planos nacionais e municipais de resiliência das populações humanas, dos animais não humanos e dos ecossistemas**.

Não se protege o que não se ama e não se ama o que não se conhece. Estaremos ao lado do rigor científico dando a máxima **prioridade à mo-**

nitorização ambiental, por via de, por exemplo, se criar cada vez mais conhecimento sobre o estado ambiental e os efeitos do ser humano no ambiente. É imperativa a criação de mais bases de dados, mais investigação e maior conhecimento nesta área através da investigação de qualidade, não esquecendo a ciência cidadã.

É também indissociável da destruição ambiental o tema da gestão de resíduos, não só através da redução, reutilização e economia circular, mas também do seu efetivo tratamento. Em Portugal, a poluição de solos e cursos de água com resíduos agrícolas, industriais e de saneamento continua a constituir uma forte ameaça à saúde dos ecossistemas. São frequentes os casos de descargas poluentes, mesmo por parte de Estações de Tratamento de Águas Residuais. É necessário um maior investimento, mas também maior exigência das entidades públicas e privadas responsáveis, bem como um efetivo cumprimento da legislação.

No nosso país existem mais de 100 **organizações não-governamentais de cariz ambiental** (ONGA) que desempenham um serviço público fundamental na defesa do ambiente. Estas organizações, independentes do poder político e governativo, estão na linha da frente da denúncia de situações que prejudicam o ambiente, na capacidade de investigação científica e proposta de soluções nas áreas do ambiente, conservação da natureza e alterações climáticas e também na sensibilização ambiental. Se o seu papel na sociedade portuguesa já era amplamente reconhecido antes da presente crise sanitária, agora que sabemos que o vírus SARS-CoV-2 é de origem zoonótica, ou seja, originário da transferência de animais para humanos, em virtude do modo como interagimos com a natureza, provocando a destruição de habitats e a perda da biodiversidade, o papel das ONGA é fundamental, também, para dar conhecimento e voz ao combate contra o aparecimento de novas doenças zoonóticas.

Adicionalmente a este novo desafio, mantemos a necessidade, cada vez maior e mais urgente, de combater as alterações climáticas, cujo atual cenário é dramático. Em setembro de 2020 o nível de concentração de emissões atingiu já 415 partes por milhão (ppm) de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera. O incremento anual tem sido superior a 2 ppm. O Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) aponta as 450 ppm como o nível de concentração máximo que conduzirá ao aquecimento médio global de 2 graus centígrados, face à era pré-industrial, valor acima do qual se perde a estabilidade climática que temos conhecido nos últimos anos e entramos numa fase de impactos catastróficos para a vida no Planeta. Contudo, tal como reconhecido já pelo IPCC, os efeitos de “autoalimentação climática”, como o degelo do permafrost, a desflorestação da Amazônia e o degelo dos glaciares, entre outros, que se previa que tivessem início numa fase mais adiantada do aquecimento global, já começaram. Em 2018, foi publicado um estudo de cientistas da Stockholm Resilience Center (Trajectories of the Earth System in the Anthropocene) que veio revelar que, afinal, tendo em conta os efeitos de “autoalimentação climática”, o montante de concentração de CO₂ na atmosfera não pode ultrapassar as 430 ppm, para garantir que não excedem a barreira dos 2oC de aquecimento médio global face à era pré-industrial. Neste enquadramento, pode concluir-se que o papel das ONGA, se já era fundamental, sê-lo-á ainda mais no futuro. Não obstante, as ONGA enfrentam desafios de sustentabilidade financeira estruturais e agora, pelos efeitos da crise provocada pela pandemia por SARS-CoV-2, também conjunturais, aos quais importa dar soluções, de forma a garantir que possam continuar a desempenhar o seu serviço público.

DA ESPÉCIE AO INDIVÍDUO

Partilhamos o Planeta com uma multiplicidade de animais, contudo, historicamente nem sempre têm sido harmonizados os diferentes interesses, estando os pratos da balança constantemente desequilibrados.

O PAN vai romper com a história e **continuar a assumir o seu compromisso pela proteção e o respeito por todos os animais, a par do reconhecimento do valor intrínseco da natureza, como a causa de onde partiu**, começando por lutar pela introdução da figura do animal não humano na Constituição da República portuguesa, com vista ao reconhecimento dos seus direitos e reforço da sua proteção, passo fulcral para o reconhecimento e valorização de todas as espécies de origem animal e a assumpção por parte do Estado do dever de proteção dos animais.

A par deste desígnio, importa também **travar a perda da biodiversidade, assegurando a justiça interespecíes, defendendo o direito aos habitats naturais e à vida em liberdade**. O PAN perspetiva os animais como **indivíduos**, reconhecendo-lhes valor intrínseco numa vivência livre de sofrimento.

Em 2017 os animais foram dotados de um estatuto jurídico próprio, ficando separados do conceito jurídico de “coisas”. Este passo civilizacional trouxe uma nova e aclamada visão sobre as outras espécies, já sublinhada pela alteração ao código penal que veio criminalizar práticas como os maus tratos ou o abandono, ainda que **não acompanhada nem pela legislação complementar, nem pela abolição de práticas anacrónicas que persistem, como as touradas, as corridas de cães, a caça ou pesca desportiva**, entre muitos outros exemplos.

Também a Declaração Internacional da Consciência de Cambridge (2012) trouxe o esclarecimento necessário definindo e reconhecendo que todos os mamíferos, aves e muitos outros animais, como o polvo, possuem estruturas nervosas que formam a sua consciência. Com isto quer-se dizer que os animais sofrem, sentem prazer, alegria, tristeza. Esta **verdade para muitos inconveniente validou o senso comum** através de uma evidência científica proveniente da neurociência.

A proteção animal tem ainda um vasto caminho a percorrer, quer no que se refere a animais silvestres, quer de pecuária ou mesmo de companhia, sendo exemplo disso, entre outros: a utilização de animais na atividade cinegética, cães que continuam confinados a uma vida de acorrentamento ou que são utilizados em lutas, o flagelo do abandono e dos maus tratos, os equídeos (ou animais de outras espécies) abandonados à sua sorte e as colónias de gatos sem supervisão. De lembrar o falhado apoio estatal com a conseqüente **falta de reconhecimento do papel das cerca de 200 associações de proteção animal que continuam a substituir-se ao Estado**, muitas vezes sem qualquer apoio ou sem estarem ao abrigo de um qualquer protocolo de cooperação. A desvalorização deste papel é tão ou mais significativa que só recentemente, e por força do trabalho do PAN, se conseguiu consagrá-las na Lei da utilidade pública, podendo ainda usufruir da consignação de 1% em IRS. Contudo, continuamos sem hospitais veterinários públicos e com dificuldade na redução **do IVA** nos atos médico veterinários. É também evidente esta desvalorização quando no relatório anual de animais abandonados, a DGAV nunca considera ou contabiliza os animais abandonados recolhidos pelas associações de proteção animal.

É também fundamental garantir que a **Estratégia Nacional de Bem-estar Animal** proposta pelo PAN saia do Grupo de Trabalho do Governo para a prática diária das políticas públicas. Para tal, é necessária a criação de uma rede adequada de centros de recolha oficial, articulada com

as associações de proteção animal em todo o território nacional, numa lógica de proximidade com as populações, de forma a incentivar a adoção e a combater o abandono. Em paralelo, as terapias com animais estão frágeis em regulamentação e fiscalização, assim como é inexistente a regulamentação da profissão de treinador/educador canino.

Entendemos ser essencial a realização de **campanhas nacionais de esterilização animal**, a implementação pelas Câmaras Municipais de **políticas Capturar Esterilizar e Devolver (CED)** e de identificação eletrónica, assim como o apoio às/aos detentoras/es em situação economicamente vulnerável no que respeita à prestação de cuidados médico-veterinários. Nesta linha reside o princípio do acesso à saúde animal que deve ser de aplicação universal, com a criação de uma rede pública de serviços médico-veterinários. Torna-se ainda necessário corrigir **a injustiça em relação ao valor actual do IVA** de 23% aplicado à prática destes atos médicos, que são tributados de forma diferente de todos os outros serviços de saúde.

Neste sentido, deveria já ter sido criada uma rubrica específica para deduzir em sede de IRS as despesas com a saúde animal, o que só não avançou até ao momento por os restantes partidos desconsiderarem a proteção e bem-estar dos animais.

Precisamos de um projeto nacional que promova programas de **libertação de animais que vivem permanentemente acorrentados**, desenvolvendo-se campanhas de sensibilização junto dos seus tutores e da comunidade em geral, alertando-se para os riscos físicos e comportamentais resultantes da restrição dos seus movimentos e em articulação com autarquias, associações de defesa animal e movimentos cívicos, iniciativas de voluntariado, que prevejam apoios para a melhoria das condições de alojamento dos animais com vista a salvaguardar o seu bem-estar e a satisfação das suas necessidades básicas e de exercício físico regular.

Não haverá proteção destes animais, enquanto a Direção Geral de Alimentação e Veterinária continuar a encerrar abrigos sem acautelar a proteção e salvaguarda dos animais, nem enquanto os tribunais continuarem a tratar os animais como objetos, não os considerando prioritários nos processos e protelando, quer a retirada de animais, quer a resolução dos casos em que os animais foram retirados, condenando os animais a uma prisão perpétua.

É também por isso que o PAN defende uma tutela autónoma, através da **criação de uma Direção Geral de Proteção e Bem-estar Animal**, a par de uma tutela também ela política, distinta da visão economicista que tanto tem subjugado os interesses dos animais.

Também o **tráfico de animais de companhia** tem vindo a ser um tema discutido em Portugal, sendo necessário fazer um exaustivo levantamento, nomeadamente sobre as condições de transporte e fins a que os animais se destinam. Já o tráfico de animais exóticos está no "top 3" do tráfico ilegal, "Este tipo de crime económico é o quinto com mais expressão de atuação em Portugal". Entre 2018 e 2019, as várias autoridades policiais detetaram e apreenderam 303 animais selvagens vítimas de tráfico ilegal, segundo dados do ICNF. A par desta realidade não pode ser ignorada a **captura ilegal de aves e o uso de armadilhas para o efeito** (muitas delas ilegais), incluindo no âmbito da atividade cinegética.

No âmbito do contexto urbano, não existem políticas que de forma transversal a todo o território nacional respeitem a importância da preservação da biodiversidade nas cidades. De igual modo, algumas espécies em particular são profundamente estigmatizadas, como é o caso dos pombos, apesar de historicamente serem um símbolo de paz e harmonia. Note-se que os pombos selvagens foram domesticados há milhares de anos, dando origem ao pombo-doméstico (*Columba livia*

doméstica). Apesar disso, os pombos são hoje sujeitos a políticas incompreensíveis de captura e abate, denominados «pragas» ou utilizados em atividades manifestamente lesivas como a caça ou o tiro ao voo. Para o PAN urge mudar a forma como estes animais são tratados, o que parte do reconhecimento de que os pombos são igualmente animais urbanos.

A par destas atividades, o PAN pugnará ainda pela **alteração da lei da caça**, sendo incompreensível a impunidade que persiste por parte deste setor. Para além de práticas anacrónicas, como **a morte à paulada ou com lança, do recurso a matilhas compostas por mais de 50 animais, a caça é das atividades que maior pressão causa na biodiversidade, como é exemplo o desastre ecológico e o extermínio de animais ocorrido na Torre Bela**, para além do sofrimento atroz provocado aos animais por pura diversão. Acresce ainda o impacto que o uso de munições de chumbo tem na saúde ambiental, humana e do animal.

Ao mesmo tempo, o posicionamento do PAN é de **abolição em relação a todas as práticas de entretenimento que atentem contra o bem-estar animal, físico e emocional**. Desde logo, a das atividades tauromáquicas. Uma prática bárbara que viola os mais elementares interesses dos animais e que continua a receber apoios públicos. Também aqui os cavalos são vítimas!

Em Portugal **são mortos por ano cerca de 257 milhões de animais para consumo**. São números contabilizados pela DGAV, e que não incluem peixes ou animais abatidos na atividade cinegética. Quer a classe política queira, quer não, **este é um assunto político** que carece de debate e que em muito influencia as condições ambientais e as condições de bem-estar animal. O PAN defendendo uma sociedade de maior empatia e respeito por todos os seres, não pode deixar de questionar o paradigma em que vivemos, que ignora as condições em que os animais são

criados, transportados e abatidos, em suma, em que toda a sua existência é condicionada pelos interesses do ser humano. Mas mais, que ignora também qual o impacto ambiental da pecuária? Que preço estamos a pagar pelo **transporte de animais vivos** para países terceiros em condições indignas depois de conspurcados os solos, esgotada a nossa água, poluído o nosso ar? E lesando fortemente o bem-estar dos animais. **A pecuária é das atividades mais poluidoras**, sendo os bovinos os grandes libertadores de gás metano para a atmosfera. A criação intensiva de gado vai chegar ao fim. Apenas ainda não sabemos quando.

O PAN está comprometido com **o fim dos mercados que vendem animais vivos**. A pandemia é o reflexo desta relação de desequilíbrio, um vírus zoonótico, transmitido de animais para humanos por ação deste último. **Cerca de 3 em cada 4 novas doenças infecciosas são zoonóticas**. A covid-19 deve servir para fazer eco dos gritos da comunidade científica e das/os ativistas em relação aos riscos da exploração animal. Em pouco mais de um ano, 3 milhões de mortos, mais de 150 milhões de pessoas infetadas, famílias destruídas, o mundo parado e uma economia colapsada. **Quando é que será suficiente?**

Já os dados estatísticos disponíveis referentes ao número de **animais que foram utilizados para fins científicos vêm confirmar um aumento exponencial**, tendo nos últimos 5 anos quadruplicado o seu quantitativo. Em 2019, os registos da DGAV apontam para a utilização de 79.447 animais, com 7 irrisórias ações de fiscalização desta atividade. Para além disso, 11.242 animais foram alvo de procedimentos severos e 25.255 de severidade moderada, o que está em completo contraciclo com o caminho que se pretende percorrer neste âmbito.

A última atualização da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), que disponibilizou os dados estatísti-

cos dos diversos países que nela constam, revela que em **Portugal há 488 espécies de animais e plantas ameaçadas ou em risco de extinção** (364 animais, 144 plantas e 10 fungos). Entre os animais importa referir que 78 são peixes, 15 são mamíferos, 16 são aves, 5 são répteis, 3 são anfíbios e os restantes são moluscos e outros invertebrados.

Estes números colocam Portugal como **o segundo país de toda a Europa com mais espécies de mamíferos e plantas em perigo**, apenas atrás de Espanha, o que caracteriza uma realidade preocupante para a manutenção da biodiversidade na Península Ibérica. Já quanto aos peixes e répteis, Portugal encontra-se em terceiro lugar na lista de países em maior perigo, mais uma prova da realidade difícil que enfrenta a nossa biodiversidade e que esta lista vermelha vem reforçar e trazer novamente à discussão. Estes dados evidenciam, assim, a necessidade de adoção de uma estratégia nacional para travar urgentemente a perda de biodiversidade.

A caça tem tido a total cobertura do Estado na dizimação de várias espécies: mataram-se lobos e agora matam-se javalis, porque faltam os lobos para controlo populacional; o coelho era um dos animais mais abundantes da Península Ibérica e hoje é raro e está em perigo de extinção; os rios deixaram de ser livres, barragens obsoletas permanecem numa paisagem cada vez mais degradada.

Uma outra realidade ignorada pelo Estado tem sido a preservação adequada das espécies marinhas, hoje **dizimadas pela indústria pesqueira**, com elevada pressão exercida sobre os seus habitats, sobrepesca, captura accidental, entre outras práticas que ameaçam a vida nos oceanos. O PAN defende que o Estado português deve impulsionar a criação de um Tratado Internacional sobre o Mar que proteja os oceanos e a vida marinha que acolhem.

Precisamos deixar a natureza e os animais seguirem o seu rumo, existirem por si, sem a constante intromissão humana, respeitando-os enquanto indivíduos.

DIREITOS HUMANOS, DESIGUALDADES E ECOCENTRISMO

Apesar de alguns progressos, nomeadamente nos países ocidentais (embora demasiado lentos, é certo), os avanços científicos e a redução da taxa de analfabetismo **estão longe de reduzir a pobreza, o fosso entre os países mais ricos e os mais pobres, a desigualdade de género, a discriminação, a xenofobia, o racismo, o especismo ou a falta de consciência da importância do planeta.**

Quando chegou um vírus “desconhecido” (mas expectável pela comunidade científica), fomos confrontadas/os com as vulnerabilidades de uma sociedade que não respeita o próximo (humano e não humano), nem o Planeta. Décadas de investimento e progresso humanitário perdidas com a urgência de tomar medidas para evitar a propagação da doença, colocando em risco até direitos humanos que pensávamos serem hoje irreversíveis. Assistimos, entre outros, a liberdades e direitos profundamente coartados, vítimas encerradas com os seus abusadores, crianças sem acesso a qualquer apoio, casamentos e uniões entre menores, forçados e combinados, escravatura, xenofobia exacerbada, a criminalização em alguns países da mendicidade e de dormir na rua (como se quem dorme na rua tivesse outra opção).

Assim, quando a crise se instalou **agravou as fraturas existentes e atingiu com mais força as largas franjas da população que já não tinha como aceder aos alegados “benefícios da evolução”** - evolução essa

que se tem feito ao longo da História à custa do sofrimento, do sacrifício e da exclusão sempre dos mesmos: das meninas e mulheres, das minorias étnicas, da ilusão das diferentes raças, das pessoas mais pobres, das pessoas com deficiência, das pessoas mais doentes e mais velhas, de toda a natureza e dos animais.

Quando falamos de direitos humanos temos obrigatoriamente de falar em **pobreza**, a qual é estrutural, não só noutros países mas também em Portugal. Falar de pobreza é também falar de desigualdades em matéria de direitos, oportunidades e acesso aos bens, e não há como dissociar os temas.

Em abril de 2021 um estudo (que analisou o período entre 2003 e 2018) revelou que no nosso país aproximadamente um quinto da população se mantém em situação de pobreza ao longo do tempo. Em 2018, seriam 1,7 milhões de pessoas. Hoje, serão com toda a certeza muitas mais. O mesmo estudo identificou quatro **perfis de pobreza: pessoas reformadas, com empregos precários, desempregadas e, igualmente, trabalhadoras!** Ou seja, em Portugal ter emprego ou trabalho não é garantia de sair da situação de pobreza: 11% das pessoas empregadas em Portugal vivem em situação de pobreza, e visto de outra perspetiva 32,9% das pessoas pobres são trabalhadoras. Outros dados relevantes sobre a pobreza no nosso país é o facto da taxa de pobreza no grupo de crianças e jovens até aos 17 anos ser de forma continuada mais elevada do que a taxa global; o facto de se destacarem como em situação de pobreza os agregados familiares que têm como principal fonte de rendimento «outras transferências sociais» (o que significa todas as transferências do Estado exceto as pensões) e os que têm na sua composição dois adultos com três ou mais crianças, bem como aqueles onde os indivíduos de referência dos agregados trabalham na agricultura, pescas e florestas.

O tema das pessoas em situação de sem abrigo terá talvez sido um dos que se revelou ao longo da pandemia de elevado grau de dificuldade: pessoas sem casa obrigadas ao confinamento numa casa que não têm; obrigadas ao distanciamento social quando a sua possibilidade de pernoitar sob um tecto implica a partilha de pequenos compartimentos; o encerramento de atividades comerciais e o esvaziamento de ruas e cidades quando é nessas ruas que se consegue algum dinheiro para comprar um pão; o ruir das poucas redes de apoio familiares (devido à precariedade de emprego nessas redes) e até a diminuição de atividade das associações que distribuem comida e dão apoio na área da saúde.

Face a esta tensão surgiram algumas respostas, e vimos finalmente o programa Housing First (casa primeiro) - que temos defendido desde há muitos anos - ser falado como uma das soluções para esta complexa questão.

Embora a **habitação seja um direito humano**, em Portugal, com dados que reportam a dezembro de 2019, existiam 7107 pessoas em situação de sem-abrigo, sendo ainda preocupante o número de pessoas “em situação de risco habitacional”.

Sabemos que houve um aumento do número de pessoas a dormir nas ruas e em posição habitacional muito precária, prevendo-se devido à atual conjuntura que a situação se irá agravar, considerando o crescente desemprego e o fim das medidas de apoio.

Entendemos que **a crise de habitação em Portugal é fruto das políticas de consecutivos governos que optaram por não investir em habitação pública**, a qual deve ser central na resposta a este problema. Nem os programas da Nova Geração de Políticas de Habitação nem a Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro) vieram, contra-

riando o prometido, “garantir o acesso de todos a uma habitação adequada”, por isso, iremos defender o aumento do investimento em nova habitação pública, de construção sustentável - de forma planeada, com uma visão global do território e não parcelada meramente por município -, bem como o compromisso do Estado Central, que deverá ser o garante do Direito à Habitação.

Um dos temas que tem de ser abordado é a **responsabilidade de resolver crises humanitárias que devem ser da humanidade** e este imperativo moral aplica-se independentemente da distância a que a crise aparentemente se encontra. Veja-se o exemplo das pessoas **refugiadas e migrantes**, que sabemos serem essenciais para uma Europa envelhecida: até ao final de abril deste ano, mais de 500 pessoas morreram afogadas ao tentarem chegar à Europa. O número é três vezes mais alto que o do ano passado no mesmo período.

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações, mais de 16,7 mil pessoas cruzaram a rota do Mediterrâneo desde o início deste ano. Enquanto país, não podemos dizer que aceitamos receber refugiadas/os em Portugal se não estamos preparadas/os e dispostas/os a criar medidas específicas, adequadas às suas necessidades. No terreno verifica-se que faltam todas as respostas: habitação condigna, aulas de português, tratamento rápido da documentação, apoios à empregabilidade não precária, escolas mal preparadas para lidarem com alunos/as que não falam português e nada preparadas para as questões de bullying étnico/racial.

Ora, tendo em comum o facto de serem pessoas que **saíram do seu país de origem em busca de melhores condições e de segurança**, tendo algumas obtido o estatuto de refugiadas/os, cada pessoa isolada e cada agregado (quando viajam em família) tem o seu percurso, pelo que estão longe de formar um grupo homogéneo, face ao que definir

políticas e respostas que entendem as pessoas refugiadas e migrantes como um grupo são por isso desadequadas.

Esta mesma forma errada de desenhar políticas - como se as pessoas, por terem algo em comum, fossem iguais quando carecem de respostas específicas e traçadas com cada uma delas - é igualmente utilizada para pessoas com comportamentos aditivos e dependências, pessoas em situação de sem abrigo e para outras pessoas vulneráveis.

No presente persistem antigas formas de opressão e de exploração do ser humano, dos animais não humanos e da natureza e, paralelamente, com os avanços da tecnologia surgiram novas formas de exploração e opressão, estando a sua denúncia e combate longe do ideal e subvertida a séculos de antropocentrismo.

Reabilitar as mulheres e a natureza através de eco-justiça: mulheres e natureza estão intimamente ligadas ao futuro, pelo que palavras como ecologia, eco-feminismo e eco-justiça se tornam, quanto a nós, inseparáveis. Assim, todo o apelo à justiça social implica eco-justiça. A melhor forma de perceber a desconsideração a que as mulheres estão ainda votadas no atual sistema de vida é através do estudo da economia, fundamentando-se igualmente a necessidade desta sensibilidade num quadro de maior democracia económica e justiça ambiental.

Por norma, as mulheres crescem ao seu horário de trabalho mais horas que os homens, isto em termos não remunerados, sendo exemplo disso as tarefas cuidadoras e voluntárias. **Atividades dedicadas ao bem-estar das famílias, da natureza e das comunidades, são muitas vezes ignoradas pelos indicadores económicos.** Note-se que quando essas tarefas são direcionadas para uma terceira pessoa esse tempo produtivo é remunerado. Na atualidade, as mulheres parecem ter inventado uma outra forma de fazer política: menos viril, menos normativa, menos dog-

mática. Mais atenta ao diálogo com todos os seres.

Esta mesma reflexão crítica em torno da invisibilidade produtiva deverá ser aplicada no caso da natureza. Por exemplo, por cada árvore plantada, desenvolvida e cuidada, face ao seu trabalho invisível realizado em prol do bem comum, deverá haver um retorno para o seu promotor. Só deste modo a riqueza da natureza estará a ser preservada. Ou seja, a não ser assim, de igual modo, o trabalho realizado pela natureza sofre a mesma discriminação que a mulher.

Neste momento, é incontornável falar da Covid-19, da forma como expôs as desigualdades entre países e dentro de cada país, e até numa mesma cidade, mas também sobre a forma desigual com que impactou as pessoas sendo, como sempre, as mais vulneráveis e as que não têm voz ativa na sociedade atual as mais atingidas, devido à interseção de uma profusão de fatores sociais determinantes, entre eles o tipo de empregos, a precariedade dos vínculos laborais, as condições das habitações, a literacia, o género, entre outros. Por outro lado, esta doença, que a todas as pessoas ameaçou, fez-nos sentir o **elevado valor da solidariedade, das redes de vizinhança, da proximidade (mesmo que não física), a importância do cuidado, da natureza, do ar livre.**

Os próximos anos pós-pandemia serão decisivos e nós acreditamos, e defendemos, que todas as políticas devem visar o bem-estar de todos, humanos e não humanos, em harmonia com os ecossistemas e com a natureza e que o PAN deverá **continuar na linha da frente e a assumir os valores humanitários como uma das suas principais causas**, a luta contra a discriminação e desigualdade de género, racismo, xenofobia e homofobia, transfobia, social, profissional e tantas outras.

Perante as presentes dificuldades em atendermos ao suprimento das necessidades básicas nas pessoas, torna-se, ainda, mais importante o

esforço do PAN para que **nada e ninguém fique para trás: Pessoas, Animais e Natureza.**

NOVO MODELO ECONÓMICO

A crise provocada pela pandemia veio acentuar as fortes desigualdades económicas entre pessoas e nações e expor as fragilidades do modelo atual, já evidenciadas pela emergência climática causada pelo extrativismo-produtivismo e consumismo desenfreado. Os benefícios do crescimento económico registado nas últimas décadas, baseado na teoria de trickle down economics, não têm sido sentidos pela maioria da população, tendo-se a teoria convertido verdadeiramente em trickle up economics. Reflexo disso é a **estagnação dos índices de desigualdade, perda de poder de compra e nivelamento dos salários por baixo.** O crescimento dos salários médios, quando existe, é **insuficiente para acompanhar a inflação**, aumentando o fosso da desigualdade.

Através da sociedade da empatia, agregaremos os princípios emancipadores da democracia humana e da democracia económica. Assim, chegaremos à Política do Comum, cuja maior provocação será garantir o futuro do planeta e uma nova conceção de justiça económica.

Os governos de esquerda, de centro e de direita não conseguiram até agora conceber modelos económicos que não exijam níveis extremamente elevados de extração de recursos finitos, geralmente com um custo ecológico e humano gigantesco. A classificação esquerda/direita é assim marcadamente antropocêntrica. Para além disto, os modelos dicotómicos de esquerda/direita encontram-se desatualizados e esta polarização não é capaz de resolver os problemas da atualidade, que a nível económico precisam maioritariamente de ideias e valores de fora,

mas também de ambos os lados “tipicamente” definidos, com **menores apoios do Estado a várias indústrias, nomeadamente agropecuária, combustíveis fósseis, pescas e mobilidade poluente e maiores apoios a outras, nomeadamente a agricultura biológica, transição energética, mobilidade coletiva e suave.**

O primeiro passo deverá basear-se na adoção de métricas alternativas do progresso planetário abandonando, deste modo, o paradigma de desenvolvimento baseado, exclusivamente, no crescimento económico. Acresce que as atuais métricas de progresso económico não refletem os valores do bem comum perseguidos pelo PAN. Por isso, também elas terão de ser alteradas. **Indicadores de felicidade e bem-estar, de mitigação da pobreza, distribuição de riqueza, esperança média de vida com qualidade, saúde mental, poluição, qualidade dos solos e água devem adquirir um papel de destaque nos modelos económicos** e embora alguns destes estejam correlacionados de modo positivo com o crescimento do PIB, os avanços nem sempre acontecem ou revelam-se tardios. Defendemos a adesão à rede dos **governos da economia do bem-estar**: uma economia de bem-estar preocupa-se com o estado de todos os seres no contexto de um ecossistema natural saudável e florescente. As leis da natureza são a base ética de tal economia.

Devemos melhorar a qualidade do emprego e repensar os seus limites ecológicos. Na atualidade vemos aumentar os níveis de exaustão, stress, karoshi burnout, quer nas organizações públicas quer nas privadas. Este é um tema muito anterior à Covid-19, sugerindo a própria Organização Internacional do Trabalho que o progresso na redução do desemprego a nível mundial não se refletiu na melhoria da qualidade do emprego, ficando claro que hoje é pouco razoável relacionar pleno emprego com trabalho digno ou seguro. Isto, especialmente, numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. Tendo presente a emergência climática, o nosso modelo económico não pode continuar a basear-se

no **crescimento ilimitado**, às **custas do planeta** e a **crédito cobrado às futuras gerações**. O **crescimento económico tem de ser enquadrado sob um teto ecológico que inclua os ecossistemas e sobre uma fundação social que garanta os direitos fundamentais e desenvolvimento harmonioso**. Assim, como medida simbólica, mas com efeitos práticos, devemos pugnar por um ministério da economia debaixo da asa do ambiente e do clima. A regulação esgotada e corrupta do planeta faz-se sentir pela exagerada interferência da economia. Esta - a economia - precisa ser regulada socialmente, enquanto a natureza pode, e deve, existir com o mínimo de qualquer interferência económica. Infelizmente, não é isso que acontece. Fundamenta-se, deste modo, o surgimento, no nosso país, de um novo ministério: o do ambiente, do clima e das relações económicas.

Devemos conectar os ciclos económicos com os ciclos naturais, propondo uma **contribuição financeira em troca do trabalho invisível da natureza**, criando no curto prazo uma economia de intangíveis naturais, integrando as produções da natureza no PIB. Hoje, neste caso, esse exercício só é praticável, por exemplo, através de cortar madeira, negociando-a, vender gado ou a plantar óleo de palma, isto porque o trabalho biofísico, intangível, não é reconhecido como indicador de crescimento económico. Porém, a economia só será sustentável se for capaz de assegurar a manutenção do sistema terrestre. Conclusão, **manter a natureza num bom estado de funcionamento tem de ser uma atividade económica**.

A economia deverá intervir positivamente na mudança climática, desincentivando o seu próprio crescimento a qualquer preço, degenerando, tantas vezes, a vida planetária. Assim, devemos também incentivar o **decréscimo suave em indústrias poluidoras**, destrutivas, como a produção de combustíveis fósseis, agropecuária, pescas ou indústria automóvel, criando **planos de transição para as trabalhadoras e traba-**

lhadores que garantam a sua estabilidade a curto e longo prazo. Ao mesmo tempo, **incentivar o crescimento de indústrias com externalidades positivas** a longo prazo, como a produção de energias renováveis, carnes vegetais e de laboratório, agricultura biológica e regenerativa com produtos vegetais, economia circular, ferrovia, mobilidade suave, investigação científica e também cultura. É preciso ainda apostar na digitalização da economia.

As indústrias e consumidores devem ser responsabilizados pelas externalidades causadas na produção e consumo dos produtos, isto é, emissões de gases com efeitos de estufa, poluição do ar, água e solos e aumento dos riscos para a saúde humana e animal, cujos valores devem ser calculados e **incluídos nos preços**, incentivando assim o consumo consciente e o comércio justo, já que é especialmente, através do consumo que o cidadão e a cidadã comum participa na economia. Deste modo, a **maneira como compramos, consumimos ou mesmo como nos alimentamos são por si só declarações económicas e políticas**.

Se por uma lado as externalidades negativas devem ser penalizadas através da política fiscal, as externalidades positivas devem ser recompensadas, criando assim um sistema de incentivos e desincentivos capaz de mudar os métodos de produção e consumo de forma eficaz.

Ainda que das medidas de mitigação das alterações climáticas possa resultar uma perda de cerca de 6 milhões de postos de trabalho a curto prazo, **uma transição para uma economia mais sustentável mais do que compensará ao criar cerca de 24 milhões de novos empregos a nível mundial até 2030**.

Estes novos empregos serão resultado de práticas sustentáveis no

setor energético, incluindo mudanças no cabaz energético e da eficiência energética dos edifícios. 2,5 milhões de empregos serão gerados na produção de eletricidade de fontes renováveis, compensando cerca de 400.000 empregos perdidos na produção de eletricidade de origem fóssil. Da transição para uma economia circular, estima-se que deverão ainda resultar 6 milhões de empregos, abrangendo atividades como a reciclagem, a reparação, o aluguer e a refabrição, como alternativa ao atual modelo produtivo de extração-descarte. Estratégicos apresentam-se igualmente os serviços dos ecossistemas, que suportam atividades como a agrícola, florestal e turística e empregam 1,2 mil milhões de trabalhadoras e trabalhadores em todo o mundo.

Torna-se assim essencial apoiar o **investimento e o empreendedorismo verde** e com externalidades positivas para a sociedade como um todo, baseando a economia não apenas no lucro, mas também na responsabilidade social e ecológica.

Ainda sobre a política fiscal e com vista à construção de uma sociedade mais ecológica e igualitária, o PAN deverá pugnar pela **taxação da riqueza, património, poluição e consumo de luxo, ao invés do rendimento do trabalho; pela progressividade fiscal nas mais-valias; pela introdução de um imposto sobre as plataformas digitais; pelo fim dos benefícios fiscais para poluidores, fim dos paraísos fiscais e evasão fiscal**. Para além disto, devemos contribuir para o aprofundamento da integração europeia com a **adoção de uma união fiscal e bancária**, capaz de colmatar as desigualdades económicas e geopolíticas dentro da União.

Ao mesmo tempo, é preciso **desburocratizar o empreendedorismo e digitalizar processos administrativos** que se continuam a revelar morosos, consomem recursos financeiros e humanos de modo não produtivo. É ainda necessária, a **banca de desenvolvimento** para o fomento de

uma economia e transição para uma sociedade mais justa e sustentável.

Na busca de um arco económico baseado numa ideia regenerativa, devemos incentivar a criação de **fundos públicos para a promoção da transição para a sociedade da empatia e do bem comum.**

Tornando-se, também por tal razão, essencial o fortalecimento da Banca de Fomento, a qual deverá apoiar, igualmente, o aparecimento no nosso país da **Banca Ética e das Finanças Solidárias.** E ainda, promover um mercado de capitais que atenda a uma economia de baixo carbono, com uma correta governança, reclamando, ainda, mais finanças sustentáveis verdes e mais economia azul.

O fim do emprego com o desenvolvimento da **inteligência artificial e automação e a digitalização da economia** devem assumir um papel de destaque no debate político. Perante a **sociedade do pós-trabalho** defendemos uma nova relação entre as pessoas, com o trabalho e o emprego, e desta forma se fundamentará a necessidade de pensar uma nova economia, partindo da empatia e não mais da escassez. Certo é que a economia, dos países ditos desenvolvidos, está cada vez menos dependente do trabalho e menos, ainda, da mão de obra. Então, o trabalho, já no tempo presente, não pode ser a única justificação para termos uma vida digna. Paralelamente ao referido movimento, pugnaremos ainda pela criação de um novo sistema de tributação, que seja dedicado a substituir a taxação da mão de obra trabalhadora. O mesmo para a economia digital. Estas diligentes tecnologias deverão ter um único propósito: servir todos os seres, restaurando e regenerando os sistemas terrestres, incentivando a aprendizagem e a cooperação.

Defendendo que as **decisões económicas se devem basear no princípio da justiça intergeracional,** acreditamos que este novo sistema de tributação, aliado a uma política de imigração que se coaduna com a

visão de um mundo globalizado, serão capazes de **mitigar a crise do sistema de Segurança Social que se avizinha**. Principalmente, tendo em conta a visão integrada nesta moção ao nível da saúde preventiva.

Ainda no combate às desigualdades e também no âmbito de uma visão integrada, é preciso **garantir políticas públicas capazes de olear os elevadores sociais: educação; saúde; segurança social; mobilidade; política fiscal; acesso à internet com qualidade; e justiça**.

Para empregadas/os e desempregadas/os, dando chão a uma ideia concretizadora de empatia económica, bem-estar e de maior justiça social, e especialmente perante a sociedade do pós-trabalho, o PAN continuará a pugnar pela previsão de um **rendimento básico de emergência e pela elaboração de estudos e aplicações experimentais sobre o Rendimento Básico Incondicional em Portugal**.

EDUCAÇÃO

Parte-se da necessidade estrutural de rever e **transformar o atual Modelo Educativo** às necessidades e características das crianças e jovens. Queremos escolas do século XXI! Com **o aluno no centro da Educação**, as políticas educativas devem **potenciar comunidades colaborativas, valorizando as/os profissionais da Educação e as famílias**. Consideramos que o reforço da autonomia das escolas é essencial para a implementação de um modelo de gestão democrática, de modo a que a Escola seja efetivamente um contexto privilegiado da aprendizagem, da socialização, do desenvolvimento, da responsabilidade, da cidadania, da empatia e da solidariedade. Para tal importa revalorizar a **componente artística e desportiva** como áreas fundamentais para o desenvolvimento da criatividade e da saúde, assim como apostar definitivamente

na **literacia ambiental, financeira, política, digital, bem como** definir que a **proteção animal não pode** ser apenas uma opção na estratégia nacional de educação para a cidadania (ENEC). Nesta estratégia, os referenciais ambientais necessitam de uma revisão no sentido de abordarem os reais impactos da produção pecuária, assim como é necessário garantir que os referenciais para o bem-estar animal não vão perpetuar uma visão utilitarista dos animais que apenas perpetua um modelo assente naquilo a que se convencionou chamar de carnismo.

Agora que se discute a recuperação de aprendizagens das crianças e jovens é o momento-chave para haver a coragem política para a **revisão e redução dos programas e conteúdos escolares**, atualmente excessivos e sem impacto real na aprendizagem futura das alunas e alunos, assim como a revisão dos atuais indicadores de avaliação do sucesso escolar. O sistema educativo não pode continuar a assentar em modelos excessivamente focados na transmissão de conteúdos e nas avaliações das/os alunas/os.

É necessário mudar a estratégia para o ensino secundário, demasiado direcionada para uma aprendizagem obsessivamente avaliada (“examinésca”) e ainda abandonar a visão do ensino profissional, de aprendizagem ou artístico, como o parente pobre do ensino. Consequentemente, impera a necessidade de se avançar com a discussão para **rever o atual modelo de acesso ao ensino superior**, que torna o ensino secundário uma preparação obsessiva para os exames nacionais.

Importa ainda **apostar de forma robusta na investigação, na valorização das investigadoras e investigadores** e na criação de centros de investigação modernos, em Portugal. Nesse campo, o PAN pugnará pelo investimento em **modelos alternativos à utilização de animais para fins científicos** e exporá a realidade do uso de animais na investigação.

SAÚDE

Quando falamos de doenças não estamos a falar apenas de números, mas de pessoas e famílias, de segurança, bem-estar, felicidade e realização. Sabendo o PAN que a saúde é a base da vida, constitui **esta uma área transversal a todos os domínios das políticas públicas** e, como tal, esta dimensão deve ser integrada nas diversas decisões e políticas públicas. O PAN defende o **reforço de um serviço público de saúde eficiente, de qualidade e acessível a todas/os, que valorize os contextos de saúde e os seus profissionais, que inclua respostas preventivas e atempadas em saúde mental, reforce as equipas de intervenção comunitária e de intervenção em crise psicológica e atue na promoção da qualidade nutricional das populações**. Entendemos a saúde como **um recurso que exige literacia**, um compromisso e responsabilidade individual e coletiva, uma ação preventiva consistente e a auscultação participada de todos os setores e grupos sociais na sua definição e implementação.

Aplicando o princípio da melhor evidência científica disponível, a visão do PAN assenta na **promoção da saúde e na prevenção da doença, e não no modelo atual de "pensos rápidos" que não resolvem a crise estrutural do SNS nem os problemas de saúde da população a médio e longo prazo**. Defendemos o investimento em saúde preventiva, capaz de garantir mais anos de vida com qualidade e maior sustentabilidade do SNS. Entendemo-la também numa dimensão longitudinal, ao longo da vida, onde os primeiros anos de desenvolvimento são essenciais para uma melhor condição de vida futura, minimizando o sofrimento e reduzindo custos de vida pessoais, familiares, sociais e económicos. Sabendo que **a maioria dos recursos do sistema nacional de saúde são aplicados em doenças não transmissíveis, preveníveis através da adoção de hábitos saudáveis, e que estas constituem as principais**

causas de morte e morbidade, a prioridade da política de saúde deve passar por desenvolver medidas capazes de reduzir ao máximo doenças causadas pelo estilo de vida, combatendo e mitigando os fatores de risco como a alimentação desadequada, sedentarismo, tabagismo, alcoolismo, stress e exposição a poluentes ambientais. É necessário pensar as políticas de saúde de forma integrada com as restantes áreas: ensino e educação; economia e trabalho; ambiente; e ainda agricultura.

É, por isso, essencial a ligação entre a saúde e os contextos educativos, laborais e comunitários, onde a educação para a saúde deve assumir um papel de destaque no incentivo à adoção de hábitos saudáveis para toda a vida. Na economia urge introduzir métricas de bem-estar e avaliar o desenvolvimento económico não só através de números, mas também de perceção de bem-estar. No trabalho, melhorar o equilíbrio entre a vida profissional e a conciliação pessoal e familiar, assegurar o direito ao descanso, introduzir mecanismos de prevenção e proteção da saúde mental evitando condições de burnout. No ambiente, as relações com a saúde estreitam-se cada vez mais, ao nível de saúde física e mental. A poluição do ar, contaminação dos solos, alimentos e água põem em risco a saúde humana e animal. **A falta de contacto com a natureza e a destruição desta** leva ao surgimento de cada vez mais perturbações a nível da saúde mental como a ansiedade generalizada, fobias onde se incluem doenças novas como o déficit de natureza e a eco-ansiedade. Já a agricultura, cria a base da alimentação, principal fator de risco de doenças não transmissíveis. **Urge transformar a política agrícola numa verdadeira política alimentar, que crie incentivos para o consumo de alimentos saudáveis e desincentivos para aqueles que já são consumidos em excesso.** Estas medidas serão não só capazes de reduzir os encargos com a saúde, como reduzir a morbidade e aumentar a qualidade e esperança média de vida, salvando, efetivamente, vidas! Porque o estado de saúde se encontra fortemente relacio-

nado com as iniquidades e condições de vida das populações, medidas que combatam os processos de exclusão são mais efetivas e têm uma influência mais preponderante sobre a saúde de indivíduos e comunidades do que estratégias dirigidas a patologias ou problemas de saúde específicos das pessoas. Só assim, podem ter uma estratégia integrada e eficaz de promoção de saúde e bem-estar. Para concluir, a Organização das Nações Unidas para o ambiente afirma que a atividade humana alterou todos os cantos do planeta, da terra ao oceano e que, à medida que continuamos a invadir incansavelmente a natureza e a degradar os ecossistemas, colocamos em risco a saúde humana, salientando que 75% de todas as doenças infecciosas emergentes são zoonóticas. Este aspecto veio salientar que o ambiente e a saúde são duas faces de uma mesma moeda e o PAN deve lembrar reiteradamente esta evidência.

ADMINISTRAÇÃO, DEMOCRACIA

Sabendo que “a democracia é o pior dos sistemas políticos, tirando os outros todos”, e que a administração enfrenta uma crise a nível da opinião pública, com descrença nas instituições, fruto do desgaste sucessivo dos partidos do arco da governação ao longo das últimas décadas e da sua falta de responsabilidade e de sentido de missão, o PAN deve assumir a visão de uma democracia mais participativa, que fomente a **audição e participação de todas as cidadãs e todos os cidadãos, associações e academia** e de combate aos **desequilíbrios institucionais que favorecem os maiores partidos**, comprometendo o avanço do sistema democrático.

Deverá fazer renascer o debate sobre o sistema eleitoral português, que não está preparado para a crescente pluralidade de forças políticas e não atribui o mesmo valor a todos os votos, fazendo com que uma

grande parte dos eleitores ativos não se sinta verdadeiramente representado. Nas últimas eleições legislativas **mais de 700 mil votos foram “desperdiçados”**, isto é, votos em partidos que não elegeram qualquer deputado pelo seu círculo eleitoral. Este sistema favorece os grandes partidos, que têm uma percentagem insignificante dos seus votos “desperdiçados”, enquanto nos partidos mais pequenos este valor é significativo, condicionando a democracia a uma verdadeira representação parlamentar.

Neste sentido, pretendemos que o PAN lidere este debate, que deve passar pela análise da introdução de novos sistemas, como a **redução do número de círculos eleitorais ou até introdução de apenas 2** - Portugal e emigração, pela introdução do **mecanismo da compensação** e ainda pelo **voto preferencial**.

A promoção da **educação para a cidadania** faz parte da visão estrutural do PAN para uma sociedade mais justa e equitativa e para uma democracia verdadeiramente funcionante. O incentivo à participação das cidadãs e dos cidadãos no processo legislativo e administração pública deve ser umas das prioridades do sistema político português, através de novos mecanismos como as **assembleias de cidadãos/ãos** e dos já existentes como as assembleias municipais, consultas e audições públicas.

Também a **transição digital da administração pública** deverá adquirir um papel central no discurso do PAN, considerando as vantagens que esta pode acarretar ao nível de transparência, simplificação, eficiência e celeridade dos processos, mas também as desvantagens a nível da falta de literacia digital dos funcionários e população.

Na **descentralização de competências administrativas**, o PAN deverá pugnar pela capacitação e formação das funcionárias e funcionários pú-

blicos para as novas funções, impedir o aumento da corrupção e criminalidade conexas e garantir que esta não se realiza à custa de um aumento da despesa pública a longo prazo.

Por fim, o PAN demarca-se da mentalidade utilitarista da União Europeia como um “banco”, pugnando pelo **forte controlo na requisição e aplicação de fundos europeus**, mais transparência e consciência europeia. Para além disto, acreditamos que o acesso a estes não pode estar limitado àqueles que têm melhores contactos ou capacidade de lidar com burocracias administrativas, muitas vezes desenhadas para impedir o acesso a todas e a todos aqueles que não tenham capacidade financeira.

JUSTIÇA

A resposta do PAN para a justiça funda-se na premissa constitucional de que compete aos tribunais, enquanto órgãos de soberania, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos das cidadãs e cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados.

O Estado deve **avocar com seriedade o desígnio de aplicação da justiça, garantindo que todas e todos os cidadãos possam a ela aceder em condições de igualdade**. Deve, por isso, dispor de um regime de acesso ao direito sustentado na defesa da dignidade a quem ele recorre e na devida e justa compensação de todas e todos os profissionais dispostos a integrá-lo. Deve zelar para que não existam várias e diversas justiças baseadas nas condições económicas e sociais de cada cidadã e cidadão. Ao Estado não basta ser, é imperioso também parecer!

O **custo da justiça** está também nas bases que constituem o motivo das nossas fundadas preocupações: os elevados valores a pagamento para a constituição de assistente em processo penal, as taxas de justiça, todas elas, as custas finais, entre outros, são números que com urgência devem ser revistos. O Pacto de Justiça, que prevê como uma das 88 medidas proclamadas, **a isenção de pagamento ou a criação de escalões consoante os rendimentos de cada cidadã e cidadão**, mantém-se letra morta.

Pugnamos também por uma **justiça célere, transparente e acessível**. Mas também por uma justiça de proximidade, com respeito pelo princípio da mediação, uma justiça de maior informalidade que permita o recurso a um regime mais simplificado como o instituído nos Julgados de Paz. Mais simplificado, mais inteligível, mais atingível.

Conduzir à eficaz reabilitação das e dos que foram condenados em pena de prisão efetiva, garantindo a sua não reincidência através de programas educacionais e formativos, acompanhamento médico e/ou psicológico e promovendo meios e mecanismos de subsistência após o fim da pena é mais um dos ideários do PAN.

Igualmente importante é um olhar mais atento direcionado às vítimas, maiores e menores de idade e respetivas famílias, promovendo-se em todas as instituições judiciais o que já se encontra em parte consagrado no Pacto de Justiça, **possibilitando que aqueles e aquelas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade possam ser acompanhadas e acompanhados por profissionais especializadas/os como psicólogas/os, pedopsiquiatras/psiquiatras, assistentes sociais e por todos aqueles outros cuja função é auxiliar quem mais precisa**.

Mas a justiça não é apenas para as pessoas. A justiça deve ainda relevar para os animais e para a natureza, cujos interesses devem ser defendi-

dos com toda a preocupação e apreensão. Responsabilizar severamente quem deles abusa, maior e mais fiscalização, maior e mais comprometimento por parte de todas as cidadãs e todos os cidadãos, bem como do Estado que a todas e todos representa.

Em suma, o PAN identifica problemas estruturais que alimentam a falta de resposta da máquina da justiça e a desconfiança das cidadãs e dos cidadãos. São deles exemplo: a morosidade no funcionamento e a burocracia existente; o custo para o acesso à justiça e inerente ao seu funcionamento; a falta de reconhecimento e consequente desvalorização das e dos profissionais do sector; o negligenciar da defesa animal e ambiental; a falta de apoio às vítimas; a falta de compromisso com a/o condenada/o em sede de reabilitação; a opacidade e complexidade da justiça; a luta severa contra a criminalidade económico-financeira e corrupção.

COMBATE À CORRUPÇÃO

Estima-se que a corrupção custe a Portugal cerca de **18 mil milhões de euros por ano**, quase metade do orçamento de Estado e substancialmente mais do que o orçamento da saúde ou educação. Este fenómeno mina a democracia, o desenvolvimento económico e social do país. **Sem um combate forte à corrupção, todas as causas do PAN terão um caminho mais difícil.** Enquanto a política servir interesses não poderá servir causas, não podendo, consequentemente, servir a população e as gerações futuras.

Nos últimos anos o PAN afirmou-se como **o partido da linha da frente no combate à corrupção e pelo aumento da transparência** na administração pública. No entanto, ainda não afirmou como suas bandeiras estas causas que o são, de modo natural.

Assim, o PAN deverá **assumir a luta contra a corrupção como uma das suas bandeiras**. Ora a melhor forma de combater a corrupção é através da mudança de mentalidades, e **o melhor voto contra a corrupção é o voto em quem está na política pelas causas**. Nesse sentido, iremos propor **políticas com base académica e técnica e não populista**.

Continuaremos também a pugnar por uma **administração pública mais transparente e participativa**, a nível nacional e local, devolvendo às portuguesas e portugueses a confiança na classe política. Assim, as suas representantes e os seus representantes, em missão pública e cívica, serão eleitas e eleitos pela sociedade para trabalharem em prol do bem comum.

Os popularmente designados crimes de colarinho branco, a criminalidade económico-financeira, os crimes de corrupção e de tráfico de influências são cada vez mais complexos e requintados, exigindo uma cooperação e articulação institucional entre várias entidades - a especialização, o envolvimento e as competências dessas entidades, judiciais e outras com valências distintas, devem ser aprimoradas e munidas dos necessárias meios para o prosseguimento das suas funções. A título de exemplo, referimos a necessidade de contratação de intérpretes/tradutores sempre que em causa esteja a investigação, instrução ou julgamento de crimes de âmbito internacional. Esta é mais uma das medidas mortas que compõem o Pacto de Justiça, tal como o é a criação de um regime legal que assegure a articulação da prestação de perícias entre entidades públicas e o DCIAP, promovendo-se um trabalho de equipa, célere e especializado - o Departamento Central de Investigação e Acção Penal e os Departamentos de Investigação e Acção Penal Regionais devem trabalhar com equipas multidisciplinares periciais; as comarcas devem estar munidas de gabinetes de assessoria técnica/peritos para resolução da criminalidade económico-financeira complexa, em crimes como os de corrupção, fraude, tráfico de influências, fiscais,

entre outros.

E é também aqui que a formação das nossas magistradas e magistrados judiciais e das magistradas e magistrados do Ministério Público assume um papel preponderante.

O princípio da transparência tem de ser inderrogável, nomeadamente quando estão em causa dinheiros públicos, recentemente muito associados à denominada “bazuca europeia” e à gestão de verbas de apoio ao estado de emergência potenciado pela pandemia causada pela Covid 19. O Portal da Transparência, relatórios associados de razoável periodicidade, divulgação de dados e informações que permitam um escrutínio por parte da sociedade civil são métodos de clarificação, certeza e segurança jurídica cuja observação deve e tem de ser plena.

Para o PAN é também fundamental garantir os meios necessários para o funcionamento da Entidade da Transparência, entidade incumbida de fiscalizar as declarações de rendimentos, património e interesses das/os titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

Propomos energicamente o **fim dos paraísos fiscais e combate à evasão fiscal, a revisão das cláusulas abusivas nas parcerias público privadas, o controlo e transparência na aplicação de fundos públicos, a regulamentação do lóbi e pegada legislativa, o regime de exclusividade da/os deputada/os**, e a revisão dos critérios e períodos de nojo para prevenir portas giratórias do poder. E pugnaremos pelo **fortalecimento dos meios de investigação judicial**, efetivas declarações de conflito de interesses e defesa da **aplicação das recomendações nacionais e internacionais** numa matéria em que, infelizmente, Portugal continua muito abaixo da média do bom comportamento dos países considerados desenvolvidos. Estas continuam a ser as causas pelas quais nos comprometemos que o PAN se irá bater.

JUSTIÇA INTER-TERRITORIAL E O PORTUGAL ARQUIPELÁGICO

Aplicando o princípio de coesão territorial já enunciado, as políticas do PAN deverão promover um desenvolvimento harmonioso do território nacional de forma a colmatar as existentes desigualdades sociais, a nível económico e social. A atual visão do interior e dos arquipélagos como meros territórios anexos ao país deve ser alterada. Reflexo dessa visão foram as opções propostas no Plano de Recuperação e Resiliência que esqueceu em grande parte a criação de infraestruturas físicas e digitais necessárias para o desenvolvimento harmonioso do território.

O desenvolvimento rural deve assentar: **na mobilidade coletiva; transição digital; agricultura sustentável; turismo rural sustentável; maior investimento público; deslocalização do setor dos serviços e educação.**

Com a necessária transferência de população do litoral para o interior como consequência da adaptação às alterações climáticas, é necessário criar condições no interior para essa reutilização do território. Regenerar solos agrícolas, recriar microclimas florestais, reinstalação de serviços que haviam sido retirados, tudo isto faz parte de investimentos que têm de ser feitos em territórios do interior, sem investimento há décadas. O investimento tem de ser realizado nos pontos do território que irão permitir uma maior coesão para que ninguém sinta que foi esquecida/o ou deixada/o para trás.

O PAN é um Partido autonomista e não tem dúvidas que a autonomia é uma das maiores conquistas dos portugueses da Madeira e dos Açores. Defende o PAN que a autonomia deve ser uma das portas da coesão territorial e chave para o desenvolvimento dos povos insulares. Através da sua autonomia devem as regiões autónomas participar e influenciar

as decisões nacionais e europeias.

O PAN continuará a pugnar pela afirmação da Madeira e dos Açores no contexto nacional, através de políticas construtivas e parcerias estratégicas em áreas fundamentais como a coesão territorial, a saúde, a educação e os transportes num conceito de respeito e colaboração institucional entre a República e as suas regiões autónomas.

JOVENS

As propostas e ação política do PAN devem guiar-se pelo princípio de justiça intergeracional. A política deve ser pensada a longo prazo, com uma visão do mundo que queremos desenvolver e deixar às gerações futuras. Acreditamos que isto só será conseguido através do **envolvimento das/dos jovens na política**. Estes serão as/os mais afetadas/os pelas decisões tomadas hoje e, como tal, não podem ser excluídas/os do processo político.

As/os jovens são capazes, responsáveis e visionárias/os nas causas social, ambiental e animal, devendo ser incentivadas/os a participar civicamente e os seus contributos valorizados.

Neste sentido, o PAN compromete-se a representar as/os jovens de todo o país, ouvindo-as e ouvindo-os e fazendo eco das suas pretensões, consultando e criando pontes com as associações de estudantes, associações juvenis e restantes grupos de jovens.

Para além da transformação do sistema de educação, o PAN assumirá ainda a luta contra as dificuldades no acesso à educação em geral e ao ensino superior em particular, nomeadamente a nível económico, incluindo os crescentes custos do alojamento dos estudantes.

Também a **precariedade do emprego jovem** deverá ser combatida pelo PAN, nomeadamente nos estágios profissionais e das ordens, nos salários baixos, nas más condições laborais e nas dificuldades de criação de empresas e desenvolvimento de projetos. Este combate à precariedade no emprego irá também refletir-se de modo positivo nas dificuldades da **habitação jovem** que devem ser colmatadas através de programas de **arrendamento acessível e co-housing**.

Para fomentar a participação cívica das/os jovens e incentivar o seu pensamento crítico sobre as causas do PAN, será criada a **Juventude (do) PAN**: uma plataforma de ideias, debates e ações capaz de desmistificar a intervenção política e demonstrar a importância da juventude para a resolução dos problemas atuais e futuros.

A CULTURA ENQUANTO MAIOR DENOMINADOR COMUM

Formular e expressar este novo paradigma e viver de acordo com ele é o desafio urgente que incumbe a pensadores, artistas e cientistas, e, em sentido abrangente, todos os criadores – que são os seres humanos. Ou não fossemos todos dotados de imaginação, por essência, criadora.

Propomos-nos, então, cultivar o quê?

- **A cultura da Paz e da não violência;**
- **A cultura do livre Pensamento;**
- **A cultura da Imaginação**, berço e raiz de todos os sonhos;
- **A cultura da Arte**, em todas as suas declinações e manifestações, enquanto formas de expressão natural, embora sublimada, do ser humano;

- **A cultura das Tradições**, com suas músicas, danças, e outros sons, com os seus sabores, os seus registos orais ou escritos, com os seus marcos na paisagem, com as suas paisagens marcantes, festas votivas, e tantas outras manifestações. No entanto, descartando atividades que ainda se afirmam através de celebrações onde se inflige sofrimento animal, porque tortura não pode ser cultura. Recordemos como, já no ano de 1836, Passos Manuel promulgou um Decreto proibindo as touradas em todo o país (Diário do Governo nº 229, de 1836), o qual D. Maria II homologa. Nesse sentido, e desde o seu início, o PAN defende que a tradição da Tauromaquia deve ser de novo abolida;

- **A cultura da Memória** através das ciências sociais e humanas no seu geral, porque um povo sem passado é um povo sem futuro – mas com uma memória crítica e em construção, fiel à verdade dos factos tal como eles se nos forem revelando, de forma objetiva e fiel;

- **A Cultura do Conhecimento e Consciência**, por via da sensibilização e da educação, queremos transformar a sociedade através de um acesso ao conhecimento por diferentes perspetivas, e promover o debate, desafiando padrões ou hábitos instituídos, estimulando consciências em direção à mudança e às mudanças que desejamos concretizar. Este debate, esta sensibilização, que pressupõe já o respeito por todas e todos, e este mergulhar noutros patamares de realidade – ao encontro da outra e do outro – está em correlação íntima com a perspetiva que parte do egocêntrico para o ecocêntrico e biocêntrico; do antropocêntrico para o não especista; da visão única para a plural; e, finalmente, do individual para o coletivo e do local para o global.

Pretendemos ainda **garantir o contributo da cultura, no sentido lato da valorização artística e das paisagens como centro de desenvolvimento planetário**, com o objetivo maior de desenhar um ideário onde estas não sejam, exclusivamente, chão de recreação e entretenimento mas, acima de tudo, intervenções críticas que nos interrogam diretamente.

Este contributo deverá assumir-se como um movimento em três dimensões fundacionais: a **Paisagem Natural, a Edificação Cultural e a Economia Criativa**. Em muitos países, a Cultura é apoiada, estimulada e encarada como um importante fator de “Valor Acrescentado”, logo, essencial. O PAN propõe-se defender a cultura, a valorização artística, a paisagem, bem como as e os seus agentes e intermediários, fundamentais na sua concretização, como elementos vitais à nossa identidade. Nesse sentido, há que apoiar, desde a infância, o poder e o valor da imaginação, motor da criatividade, desta forma reinventando-se comunidades colaborativas e, por que não dizê-lo, utópicas, ancorando novas e velhas vontades, recriando horizontes culturais, pólos de economia criativa e competências locais de intervenção, impactando, definitivamente, no funcionamento político, social, económico, e, acima de tudo, **despertando consciências**.

UMA NECESSÁRIA REVISÃO DA AGENDA 2030

Composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e organizada em 5 princípios enquadradores - os **5 P**: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias - interdependentes entre si, a Agenda 2030 pretende ser um quadro global para orientar os esforços rumo a um mundo socialmente mais justo, ambientalmente mais sustentável e economicamente menos desigual, “sem deixar ninguém para trás”. Porém, embora afirme ter uma visão integradora que observa a economia, a sociedade e o ambiente como interdependentes, na realidade **esquece, quer o bem-estar animal, quer o valor intrínseco da natureza, por ter uma perspetiva antropocêntrica**.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo PAN, oposto ao modelo extrativista, remete-nos no entanto para a urgência de não nos continuarmos a relacionar com a natureza como um recurso ilimitado, bem

como para a nossa responsabilidade com as gerações futuras. Consideramos essencial promover a harmonização entre os vários ODS (combate às alterações climáticas, igualdade de género, salvaguarda dos recursos naturais, preservação das espécies, entre outros), não aceitando que os mesmos sejam espartilhados.

Quanto ao bem-estar animal, sublinhamos que ao longo da Agenda 2030 a palavra “animais” surge apenas em três momentos, assentes numa **visão utilitarista e especista da relação dos humanos para com eles**.

Mais, o ODS nº 2, que visa erradicar a fome, aponta a necessidade de dobrar a produção alimentar até 2030 sem considerar os enormes impactos negativos da agropecuária para a situação atual do Planeta e a forma insustentável de produção, em termos de uso de terra, de água, desflorestação, efeitos nocivos para o meio ambiente e segurança alimentar, além da óbvia questão ética da exploração animal.

Em resumo, os 17 ODS falham na incorporação de uma nova **visão ambiental inclusiva**, em que todos os seres vivos são relevantes - sejam silvestres, de produção ou de companhia - e que por isso devem ser respeitados na sua individualidade e valor intrínseco, independentemente da importância e uso que possam ter para o ser humano na prossecução dos seus interesses antropocêntricos e egoístas.

Apesar do crescente envelhecimento da população, as **pessoas seniores** não constam com a devida importância nas metas dos ODS's: só é feita a referência a pessoas seniores quando as inclui nas populações vulneráveis, sendo as suas necessidades específicas desprezadas, quando deviam ser reconhecidas como agentes ativos do desenvolvimento se pretendemos alcançar resultados verdadeiramente transformadores, inclusivos e sustentáveis.

Assim, entendemos que esta Agenda é uma matriz que deve ser assumida e cumprida por todas as partes (governo central, autarquias locais, empresas e sociedade civil), e cuja implementação nos comprometemos a defender, ressalvando porém que deve passar a integrar uma necessária perspetiva de respeito pelos limites planetários e pela dignidade dos seres humanos e não-humanos, e da natureza independentemente do seu valor para a sociedade.

PORTUGAL NA EUROPA E NO MUNDO

Os problemas atuais carecem de **soluções globais concertadas**, aplicadas a nível local e como tal só uma maior cooperação internacional os pode resolver: emergência climática; crise pandémica; crises humanitárias; combate às desigualdades económicas; transição energética; transição alimentar; transição económica e do modo de vida; transformação da mobilidade; proteção e regeneração dos mares e florestas; transição digital; automação; transferências de poder geopolítico e económico; reconhecimento dos direitos das outras espécies. Estes são os problemas do nosso tempo, impossíveis de solucionar a nível estadual.

A nível europeu, é preciso reconhecer os avanços que a adesão à União Europeia trouxe para Portugal em contexto económico e de exigência da legislação, nomeadamente em matéria ambiental. Também a nível mundial, a UE encontra-se tendencialmente na vanguarda legislativa.

No entanto, estes avanços parecem-nos manifestamente insuficientes. **O projeto europeu não se atualizou**, permanecendo um projeto assente num mercado único, **marcadamente economicista**, cujas preocupações por exemplo com o bem-estar animal visam essencialmente elimi-

nar os obstáculos à sua livre circulação e que não se consegue articular em termos humanitários, continuando a fechar os olhos ao flagelo humanitário dos refugiados em campos como os de Mória.

Se a nível interno sabemos que a União está longe de agir como um bloco geopolítico uno - restando grandes discrepâncias e desigualdades a nível económico, social e ideológico -, no âmbito internacional, nomeadamente através do comércio, a **União Europeia tem demonstrado duas caras**, por um lado exigindo uma maior regulamentação em matérias sociais e ambientais, e por outro contribuindo para a exploração desenfreada de recursos naturais, exploração animal, tolerando violações aos direitos laborais e humanos.

Nesse sentido é imperioso que o projeto Europeu seja repensado e reforçadas as suas fundações em alicerces como o **Pilar Social e também o Ambiental e ainda que se distancie de uma visão antropocêntrica** no que respeita à vida animal e aos direitos da natureza. É imperioso que a União Europeia **alinhe as suas políticas e ações com o seu discurso**.

No contexto mundial, a União Europeia encontra-se numa bifurcação da história, em que a transformação de blocos geopolíticos obriga ao reposicionamento de todos os restantes blocos e à acomodação estratégica das diversas transformações. São decisões difíceis que são pedidas aos vários blocos políticos que nos envolvem, mas que não podem ser condicionadas por interesses. Na União, as decisões devem sempre ser condicionadas pelos nossos valores.

Acreditamos numa União Europeia capaz de fazer valer, no contexto da globalização e da multipolaridade, os valores europeus dos direitos fundamentais, a democracia, a paz, a estabilidade e o Direito. Uma União capaz de contribuir decisivamente para afirmar esses valores a nível

global, mas também os valores ecológicos, de bem-estar animal e respeito interespecies.

Acreditamos que estes objetivos são compatíveis com os objetivos programáticos do PAN e que o papel de Portugal deverá ser dar-lhes estrutura colocando-os ao serviço de todas as Pessoas, Animais e restantes Ecossistemas.

Dito isto, o PAN assume-se como **européista** e deverá pugnar pela **continuação da integração europeia**, nomeadamente no que tange à **união bancária e fiscal**, causas principais da manutenção das fortes desigualdades económicas e desequilíbrios de poder entre os Estados-Membros da União. Deverá **exigir mais da União e uma maior consistência e coerência nas políticas a nível ambiental, da proteção e bem-estar animal, dos direitos humanos, direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e uma posição mais forte na defesa dos seus princípios no quadro mundial**. Assim, o PAN irá exigir da União, aplicando princípios eco-humanistas e globalistas, a resolução da crise humanitária das refugiadas e refugiados e um posicionamento claro contra os atropelos aos direitos humanos, proteção animal e destruição ambiental por parte de parceiros comerciais.

Para além disto, a União deve assumir um papel de destaque: no **fim da exportação de animais vivos; na resolução da crise climática**, através da adoção de políticas comunitárias para a transição energética, transição na mobilidade, na economia e modo de consumo e ainda na transição alimentar, através da Política Agrícola Comum; coordenação e alargamento das zonas efetivamente protegidas no mar e na terra; transição digital e automação; crise da segurança social e política espacial.

Sabendo que no momento de integração em que nos encontramos a União atravessa uma crise, a crise da inação e visionando apenas duas



alternativas futuras possíveis: a do fim da União, acarretando uma grave crise económica, social e possivelmente humanitária, levando a uma substancial perda de importância de cada Estado-Membro num plano mundial polarizado; ou a contínua integração até ao federalismo europeu, **o PAN vislumbra uma Europa cada vez mais unida e alinhada, aprofundando a cooperação entre os Membros.**

Também no cenário europeu o PAN pugnará por uma **maior cooperação com partidos animalistas e ambientalistas**, de modo a trocar experiências, conhecimentos, fortalecer os movimentos e consagrar as nossas causas como prioridades na agenda europeia e, conseqüentemente, mundial.

Subscritores com as quotas em dia,

1. Paula Inês Alves de Sousa Real, filiada n.º 45
2. Bebiana Maria Ribeiro da Cunha, filiada n.º 353
3. Pedro Miguel Vicente Neves, filiado n.º 965
4. Nelson José Basílio Silva, filiado n.º 1268
5. Marta Isabel Peixoto Guimarães da Cruz Correia, filiada n.º 1594
6. Filipe Bernardo da Costa Agostinho R. Lisboa, filiado n.º 1717
7. Anabela Silva de Castro, filiada n.º 1184
8. Júlio Rafael Leite Pinto, filiado n.º 1095
9. Isabel Maria Fidalgo Figueiredo do Carmo, filiada n.º 1849
10. Paulo Sérgio de Jesus Baptista, filiado n.º 1018
11. Paula Alexandra Pinheirinho Jacinto e Nicolau, filiada n.º 890
12. Ernesto Carlos Iglésias Morais , filiado n.º 460
13. Marta Elisa dos Santos Dutra, filiada n.º 1369
14. Paulo Vieira de Castro, filiado n.º 1511
15. Susana Maria Oliveira Santos, filiada n.º 1158
16. Albano Luís Pena Lemos Pires, filiado n.º 323
17. Tânia Filipa Mesquita Madeira, filiada n.º 1478
18. Jorge Manuel Pereira Ribeiro, filiado n.º 8
19. Ana Sílvia Rodrigues Paixão Ferreira Marques, filiada n.º 141
20. Jorge Manuel Alcobia Pereira, filiado n.º 1498
21. Maria Manuela Vieira Gonzaga, filiado n.º 671
22. Pedro Jorge Ribeiro de Castro Teixeira, filiado n.º 994
23. Sónia Alexandra Ramalho Domingues, filiada n.º 1572
24. Joaquim José Batalha de Sousa, filiado n.º 2274
25. Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, filiado n.º 285
26. Filipa Almeno de Carvalho Patrão Vieira de Sá, filiada n.º 1689
27. Sandra Manuela da Costa Pimenta, filiada n.º 1520

28. Mariana Amaral Figueira de Jesus, filiada nº2322
29. Pedro Miguel Tavares Machado, filiado nº1578
30. Nuno Filipe Teibão Martins da Silva, filiado nº 1588
31. Nuno Pires, filiado nº1638
32. João Paulo Alves, filiado nº2039
33. Ana Lúcia Cruz, filiada nº523
34. Ana Paula Figueira Rodrigues, filiada nº158
35. Soraya Branco Ossman, filiada nº1849
36. Marta Dias dos Santos, filiada nº1494
37. Adélia Maria Santos Ferreira Gominho, filiada nº1531
38. Maria Helena Tavares Chaves Costa, filiada nº1678
39. António Morgado Valente, filiado nº 1091
40. Mónica Paula da Costa Ferreira, filiada nº1562
41. Ricardo Martins Vicente, filiado nº2084
42. João Manuel Rodrigues Ribeiro, filiado nº2309
43. Patrícia Andreia Gonçalves Namora Caeiro, filiada nº1325
44. Daniela Marlene da Conceição Duarte, filiada nº1149
45. Vítor Hugo Oliveira Lima, filiado nº2136
46. Sofia dos Santos Carvalho, filiada nº1773
47. Maria de Fátima de Castro Cordeiro Cabral, filiada nº1238
48. Diogo José Pina Chiquelho, filiado nº 1410
49. Mónica Cristina Silva, filiada nº1520
50. Vítor Fernando Parati Matos Ribeiro, filiado nº 1906
51. Rogério Cristiano Rocha de Castro, filiado nº 1777
52. Virgínia Santos Moreira, filiada n.º 2051
53. Rodrigo Reis, filiado nº 2180
54. Teresa Olívia Passos, filiada nº2328
55. Camilo Soveral, filiado nº 510
56. Rui André Vidal, filiado nº 2312

57. Andrea Carla Gonçalves Domingos, filiada nº 243
58. Miguel Fragoso, filiado nº 1090
59. Fernando Silva, filiado nº2038
60. Ulrike Busch, filiada nº2273
61. Rui Carlos Medeiros Alvarenga, Filiado nº313
62. Ricardo Vicente, filiado nº2084
63. Fernando Geração, filiado nº377
64. Pedro Santos filiado nº1945
65. Susana Gomes Ribeira, filiada nº 2272
66. Silvia Vicente, filiada nº 1867
67. Nuno Maria Costa, filiado nº 2377
68. Sónia Granja Barbosa, filiada nº 2353
69. Pedro Santos, filiado nº1945
70. Carla Barradas, filiada nº826
71. Albano Pires, filiado nº1980
72. Nelson Brito, filiado nº2046

